

Ata da reunião geral ordinária da Diretoria Executiva, Conselho Administrativo e Conselho Fiscal do SINDSERV – Sindicato dos Servidores Municipais de Itapemirim, realizada aos 06 (seis) dias do mês de agosto do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 15h00min (quinze horas), no auditório “Renato Gomes do Nascimento”, sede do sindicato. Da Diretoria Executiva estavam presentes a diretora presidente, Adriana Paula Viana Alves, quem conduziu a reunião e a diretora financeira Gerlane Lucas da Costa. Do Conselho Administrativo estavam: o presidente do Conselho Rogério da Silva Rocha, e os membros titulares, Vanessa Pedra Silva, Adriana Alves Hemerly Brasileiro e Maria Aparecida das Neves Ferreira. Do Conselho Fiscal estavam: O presidente do Conselho José Francisco Cavalcante Gaiote, os conselheiros titulares, Carlos Renato da Silva Athayde, Sheila Ventura Santos Batista, Mônica Izabela dos Reis e Cátia dos Santos. Estavam presentes também, à reunião, os advogados do sindicato, Dra. Thaís do Nascimento Cassimiro e Dr. Jaildo Faria Piva Júnior. A Diretora-Presidente explicou que, conforme o calendário previamente estabelecido, esta reunião seria realizada no dia 22 de julho de 2026. Contudo, em razão de uma situação envolvendo o município, a reunião foi transferida para a presente data. A princípio foi disponibilizada uma lista de presença que foi assinada pelos que compareceram. A reunião teve início com a apresentação de um vídeo gravado pelo Dr. Ewerton Vargas Wandermuren, uma vez que o mesmo não pôde estar presente devido à realização de uma audiência previamente agendada para esta data. O assunto tratado foi referente ao pagamento dos valores correspondentes ao FGTS da funcionária Kellen Cristina Batista Moreira Fernandes, como forma de compensação pelo período em que a mesma exerceu suas atividades sem o devido registro em sua carteira de trabalho. O Dr. Ewerton explicou que o cálculo foi realizado pela contadora do Sindicato, Ana Íris da Silva Lopes, conforme solicitado pelo Sindicato por meio de ofício. Após a análise, a contadora efetuou os cálculos referentes ao período solicitado e os encaminhou ao Sindicato. O Dr. Ewerton esclareceu, ainda, que todo o procedimento foi realizado em atendimento à solicitação dos conselheiros, conforme deliberado em reuniões anteriores e devidamente registrado em ata. Os cálculos foram apresentados no telão, possibilitando que todos os presentes acompanhassem. O valor total apurado foi de R\$ 14.664,22 (quatorze mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e



SINDSERV
SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPEMIRIM

vinte e dois centavos). Em seguida, a Diretora-Presidente apresentou ao Conselho as opções de pagamento, sendo possível o parcelamento do valor ou o pagamento integral. Após discussão e análise pelos conselheiros presentes, ficou decidido, por unanimidade, pelo pagamento integral do valor. Considerou importante ressaltar a necessidade de que todo o procedimento seja devidamente formalizado e acompanhado da documentação comprobatória pertinente, inclusive dos documentos correspondentes ao período em que os fatos ocorreram, para fins de registro e respaldo administrativo. Esclareceu que, após a conclusão de todos os procedimentos documentais e o crédito das mensalidades sindicais, especialmente do repasse proveniente da Prefeitura, por representar um valor mais significativo, será efetuado o pagamento integral do valor aprovado. Em seguida, Em seguida, a Diretora-Presidente passou a palavra à Dra. Thaís do Nascimento Cassimiro, para prestar informações atualizadas acerca dos processos judiciais envolvendo o ex-presidente do sindicato e o escritório de contabilidade da gestão anterior responsável pelas declarações fiscais. Com relação ao processo envolvendo o ex-presidente, a Dra. Thaís informou que o processo encontra-se em fase de recurso, razão pela qual ainda deverá transcorrer algum tempo até que haja uma decisão definitiva sobre o caso. No que se refere ao escritório de contabilidade, esclareceu que houve negligência por parte do escritório, que deixou de realizar as devidas declarações de DCTF, ocasionando a aplicação de multa ao sindicato. Em seguida, a Diretora-Presidente informou que será publicado Chamamento Público referente recebimento de propostas para eventual contratação de serviços de profissionais interessados em ministrar os cursos que serão oferecidos pelo sindicato, os quais serão destinados à capacitação dos servidores e poderão ser utilizados para fins de progressão funcional. Explicou que os cursos são voltados para todas as áreas pois não podemos pagar um instrutor para cada categoria específica de servidor. Os cursos serão presenciais com carga horária de 30h. As propostas poderão contemplar, individualmente, um dos seguintes cursos: Curso sobre Ética, Integridade e Conduta no Serviço Público, Curso de Atendimento ao Público, Humanização no Serviço Público, Comunicação Institucional e Relacionamento Interpessoal, Curso de Trabalho em Equipe, Gestão de Conflitos, Inteligência Emocional e Saúde Mental no Trabalho, Curso

Básico de Inglês e Curso Básico de Espanhol. As conselheiras Vanessa Pedra e Mônica Reis sugeriram que fossem incluídos os cursos de Manejo de Comportamento e Primeiros Socorros. A diretora presidente acolheu as sugestões e disse que encaminhará ao PDIC para validação como fez com os outros. O próximo assunto da pauta tratou do reajuste dos contratos dos advogados. Ficou definido que os contratos do Dr. Ewerton Vargas e da Dra. Thaís Cassimiro passarão para o valor de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos) reais mensais. Quanto ao contrato do Dr. Jaildo Faria, foi deliberada a alteração de sua condição de advogado trainee para advogado, passando a receber o mesmo valor estabelecido para os demais advogados. Deixou registrado que os contratos dos advogados serão ajustados anualmente. O presidente do Conselho Fiscal, José Francisco Cavalcante Gaiote, manifestou sua discordância em relação ao valor proposto para o reajuste, sugerindo o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos) reais, ressaltando que os contratos permaneciam sem reajuste desde 2023 (dois mil e vinte e três), quando havia sido realizado o último aumento. Em resposta, a Diretora-Presidente esclareceu que, naquela ocasião, os valores haviam sido reajustados em um montante superior, passando de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos) reais, para R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem) reais. Acrescentou, ainda, que não houve qualquer manifestação de insatisfação por parte dos envolvidos, fato que foi confirmado pela Dra. Thaís, presente na reunião. A diretora financeira explicou que, no momento, não é possível conceder um reajuste maior nos contratos dos advogados, considerando os elevados gastos realizados pelo Sindicato com a obra de reforma de sua sede, bem como com a organização e realização da festa sindical. Diante desse cenário, ressaltou a necessidade de manter o equilíbrio financeiro da entidade. Em seguida, a conselheira Sheila declarou concordar com o posicionamento do presidente do Conselho Fiscal quanto à solicitação de um reajuste maior, porém reconheceu que, neste momento, não há condições financeiras para atender à referida solicitação. Diante disso, o presidente do conselho fiscal solicitou que fosse registrada em ata sua insatisfação em relação ao valor estabelecido para os contratos dos advogados, considerando que o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos) reais seria mais justo. Informou que estamos montando nosso regimento interno que está em fase de acabamento. Após o término,

será enviado aos conselheiros e marcaremos uma reunião para leitura e aprovação. A presidente informou que tem interesse em comprar mais 20 (vinte) vagas para atendimento psicológico para atender a alta demanda. Esse assunto será discutido com a diretoria para verificar o impacto que causará financeiramente e a disponibilidade do profissional. Informou, também, que o contrato com a enfermeira Grazielle Decothé foi renovado pelo prazo de um ano, permanecendo o mesmo valor. Passando para a próxima pauta, a diretora-presidente convidou o Sr. André, representante da Claro Empresas, para apresentar propostas ao Conselho. A primeira proposta apresentada consistia na migração do plano empresarial de telefonia móvel do Sindicato, atualmente contratado junto à operadora Vivo, para a operadora Claro. O representante informou que, com a migração, seria possível manter os números de telefone já utilizados pelo Sindicato e obter uma economia de aproximadamente 30% no valor atualmente pago pelas linhas. Durante a apresentação, foi esclarecido que, no momento, o Sindicato possui algumas linhas inativas que continuam sendo cobradas em razão das condições estabelecidas no contrato vigente com a Vivo. Atualmente, a entidade necessita efetivamente de apenas três linhas, sendo uma destinada à recepção, para atendimento e contato direto com os servidores, uma para o departamento jurídico e outra para o departamento financeiro. Após os esclarecimentos, ficou definido que qualquer negociação ou contratação com a Claro somente poderá ser realizada após o término do contrato vigente com a Vivo. Na ocasião, serão providenciados o cancelamento das linhas que não estão sendo utilizadas e a contratação de um novo plano de acordo com as necessidades atuais do Sindicato. A previsão para o encerramento do contrato com a Vivo é para o mês de novembro deste ano. A segunda proposta apresentada, referiu-se à possibilidade de firmar uma parceria com o Sindicato para disponibilizar planos empresariais de telefonia móvel aos servidores sindicalizados. Foi explicado que as linhas seriam vinculadas ao Sindicato e que os respectivos valores poderiam ser descontados diretamente em folha de pagamento dos servidores. Após a apresentação da proposta, os membros do Conselho entenderam ser necessário realizar um estudo mais aprofundado antes de qualquer decisão, considerando que o Sindicato já enfrentou problemas anteriormente com a contratação de serviços dessa natureza. Dessa forma,

ficou acordado que a proposta será analisada com cautela, especialmente quanto às responsabilidades do Sindicato, às condições contratuais e à forma de cobrança, antes de uma eventual aprovação da parceria. Por fim, o Sr. André apresentou uma proposta de apoio à Festa do Servidor Público, mediante uma parceria na qual a empresa ofereceria benefícios ao Sindicato em contrapartida à divulgação e à exposição da marca da Claro durante o evento. O presidente do Conselho Fiscal, que também exerce a função de presidente da Comissão de Festa, convidou o representante da empresa para participar de uma reunião da comissão, oportunidade em que poderá apresentar detalhadamente a proposta aos seus membros para análise e avaliação de possível parceria. A conselheira fiscal Sheila esclareceu que alguns servidores têm questionado o uso do veículo do sindicato pelo presidente do Conselho Administrativo, Sr. Rogério. Informou que explicou aos servidores que ele também exerce a função de presidente da Comissão de Obras, o que justificaria a utilização do veículo para fiscalização e acompanhamento da obra diariamente, ou seja, atividades relacionadas às atribuições do sindicato. Além disso, foi esclarecido que a garagem do sindicato está, temporariamente, sendo utilizada para armazenar materiais de construção e ferramentas utilizados na obra. Dessa forma, o veículo permanece estacionado em outro local durante o período da reforma. Após a conclusão da obra e a garagem estiver novamente liberada, o carro voltará a ser guardado no local. Em seguida, a conselheira fiscal Mônica Izabela questionou a situação funcional do servidor, considerando que ele se encontra readaptado em sua função e que, em razão de suas limitações funcionais, não poderia exercer atividades que envolvessem a condução de veículo. Acrescentou que, caso fosse necessária a condução do veículo do sindicato pelo servidor, o automóvel deveria estar devidamente adaptado às suas condições funcionais. Ressaltou, por fim, que seu questionamento tem como objetivo resguardar tanto o sindicato quanto o próprio servidor. A reunião continuou com a apresentação da prestação de contas referente ao segundo trimestre do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis). Os relatórios foram exibidos no telão para que todos pudessem acompanhar. As contas foram expostas, mês a mês, de forma detalhada como de costume. Após verificação e apreciação dos conselheiros, a prestação de contas foi aprovada pelos presentes. Sendo assim, com todos os pontos



– ES, 06 de agosto de 2026.

Helena Cristina B. M. Fernandes

6. *wa* *kuin kusina* *15. 10* *1922* *10. 10* *1922*
wa *kuin kusina* *15. 10* *1922* *10. 10* *1922*

Anna Paula Clara Almeida
Júlio Ventura Santos Batista

[Handwritten signature]

W. Brasfield

27° 40' 00" N. 107° 00' 00" W.

Cathie dos Santos